

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, as atividades econômicas desenvolveram-se sem muitas preocupações com fatores externos. O desenvolvimento econômico, porém, deve sempre vir acompanhado da superação das desigualdades sociais e ser realizado com a geração de empregos, aumentando a renda e melhores condições de vida para a população, de forma harmonizada com a preservação do meio ambiente, garantindo o uso moderado, racional e sustentável dos recursos naturais. O elevado nível de degradação do patrimônio social, resultado das atividades econômicas sem preocupação social acabou impulsionando a sociedade em geral (clientes, credores, governo, comunidade, etc.) a exigir das empresas uma atuação mais responsável e enérgica no que se diz a investimentos sociais. Para divulgar seus investimentos sociais, uma das formas que as empresas utilizam é o Balanço Social, que normalmente é publicado no início do ano e que reúne todas as ações sociais realizadas pela empresa no exercício anterior.

Origem

O balanço social foi instituído na França em 1977 (RIBEIRO, 1998), porém, com uma visão mais restrita a recursos humanos. Com o tempo, ganhou uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a recursos humanos, a questão ambiental e o valor agregado à economia do País. Tudo isto ocorreu a partir da evolução da compreensão da sociedade sobre seus direitos, ou seja, da preocupação por essa sociedade da necessidade de ser adequadamente compensada pelos esforços que despense na condução das atividades de uma empresa, de garantir a continuidade e qualidade de vida saudável, de exigir que os recursos utilizados pelo governo no incentivo de algumas atividades econômicas produzam, efetivamente, benefícios para a comunidade.

Segundo o material fornecido no Seminário “Balanço Social – Participação X Responsabilidade Empresarial” (RIBEIRO, 1998), o Balanço Social, ou, mais precisamente, ‘...a idéia de se divulgar as atividades sociais da

empresa juntamente com o relatório sobre o seu desempenho econômico-financeiro...”, teve origem na década de 60, a partir de dois movimentos: o Movimento dos Empresários Cristãos e o Movimento Pacifista.

- Movimento de Empresários Cristãos

A encíclica papal “*Mater et Magister*”, publicada em 1961, pelo concílio Vaticano II, propunha que as empresas apresentassem um relatório social.

Tendo como base essa encíclica, grupos de dirigentes empresariais cristãos de diversos países, membros da UNIAPAC – *Union Internationale Chrétienne de Dirigeants d’Enterprise*, com sede em Bruxelas – Bélgica, organizaram-se no sentido de “...Demonstrar a dimensão social da empresa, em especial, da responsabilidade social de seus dirigentes...” (ABAMEC NACIONAL, 1997, p , 2), particularmente no que tange os fatores humanos: mão-de-obra e benefícios à população local. Foi por meio destes grupos que a idéia do Balanço Social chegou ao Brasil.

- Movimentação Pacifista

Este movimento teve origem na organização da sociedade americana contra a Guerra do Vietnã, compreendendo o boicote aos produtos e às ações das companhias que contribuía para a guerra.

“...A reação das empresas atingidas foi a divulgação sistematizada e pública de todas suas atividades sociais, em especial, suas interações com a sociedade (atividade comunitárias e filantrópicas).” (ABAMEC NACIONAL, 1997, p ,2)

Origem e evolução no Brasil.

A UNIPAC é denominada, no Brasil, de Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa - ADCE, tendo sido constituída em 1961. Esta entidade emitiu, em 1974, o “Decálogo do Empresário Cristão”, cujos princípios prevêm que a empresa tem uma função social, a qual se materializa por meio “... da promoção dos que nela trabalham e na comunidade na qual deve integrar-se.” (ABAMEC NACIONAL, 1997, p , 3).

A ADCE organizou, 1977, o seu 2º encontro nacional, em que discutiu o Balanço Social da Empresa. Neste mesmo ano, uma delegação brasileira

participou da assembléia anual da UNIPAC, no México, apresentando discussões sobre “Balanço Social” – Instrumento a Serviço da Empresa. (RIBEIRO, 1998).

Ainda na década de 70, membros da ADCE, sob a coordenação do Professor Ernesto Lima Gonçalves, publicaram o primeiro livro sobre Balanço Social, o qual intitulou-se “Balanço Social da Empresa na América Latina”, pela Editora Pioneira, abordando alguns aspectos relativos à responsabilidade social das empresas.

Em abril de 1980, a mesma ADCE promoveu, em São Paulo, o “Seminário Internacional de Balanço Social”, contando com palestrantes da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha e Uruguai. (RIBEIRO, 1998).

Em 1996, houve uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas - IBASE, por meio de seu presidente, o sociólogo Herbert de Souza, com vistas a resgatar a figura do Balanço Social, idéia essa que deu origem ao projeto de Lei nº 3116/97, de autoria das Deputadas Marta Suplicy, Sandra Starling e Maria da Conceição Tavares, que tem por objetivo obrigar as empresas a publicar o seu Balanço Social. Atualmente, esse Projeto de Lei ainda se encontra tramitando na Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei nº 032/99, de autoria do Deputado Paulo Rocha - PT/PA, foi apresentado no dia 03/02/99, e é na realidade a rerepresentação daquele acima citado e atualmente está na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público, em que foi lido no dia 21/06/99, e para o qual um novo relator está sendo designado. Assim sendo, a instituição do Balanço Social no Brasil permanece na dependência de decisão do Congresso Nacional.

Há que se ressaltar que o conteúdo da proposta lançada por aquelas deputadas tem base no modelo francês e já circula no Brasil, pelo menos desde 1977, mediante os trabalhos da ADCE. Um de seus membros, o professor Ernesto Lima Gonçalves, em co-autoria com Benoit Six, escreveu em 1979 (RIBEIRO, 1998), sobre o conteúdo do Balanço Social.

Gonçalves (RIBEIRO, 1998) afirmou, em 1980: “A tarefa de procurar a definição do que medir poderá ser desenvolvida medida a determinação de alguns indicadores que possam retratar, de maneira objetiva, o nível em que, num determinado período de tempo, se desenvolveram, no âmbito da empresa, as iniciativas sociais, ou de que maneira repercutiram sobre a atividade da empresa”.

Devido a toda essa tendência histórica mundial, as corporações tornaram-se responsáveis, não só pelas ações financeiras, mas também pelas sociais, nas comunidades em que atuam. Dependendo do tamanho da corporação, essa atuação pode chegar a nível nacional e, portanto, gerar grandes transformações nos processos produtivos.

As pressões por melhoria da qualidade de vida partiram do próprio povo, ganharam as comunidades até chegarem às esferas dos organismos internacionais, aos acordos, tratados e regulamentações do comércio internacional, e às instituições de crédito mundial.

A sociedade, mais cônica se seus direitos e poderes, tem se organizado, para defender seus interesses, provocando, com isso, ações governamentais, tanto no sentido de interditar empresas agressoras ao meio ambiente e bem-estar social como de divulgar aspectos negativos no que concerne ao desempenho dessas empresas, fato que compromete a imagem, a reputação e os produtos por elas fabricados.

Se tudo isto não foi o gerador, foi o propulsor da consciência de responsabilidade social por parte das empresas. Essa consciência não surgiu de forma espontânea, em face da fundamental importância que tem a forma de condução dos processos produtivos das atividades econômicas na manutenção e preservação do patrimônio social.

Nesse contexto, as grandes corporações passam a usar suas forças para tentar minimizar os problemas sociais em diversas áreas, tais como: educação, saúde, assistência social, direitos humanos, cidadania, profissionalização, justiça, pobreza, emprego, meio ambiente e defesa das minorias para, com isso, suprir a carência deixada pelo Estado e, dessa forma, agregar valor à empresa com o Investimento Social.

Investimento Social é todo aquele que apesar de não ter como fim a lucratividade, contribuir para alcançar essa lucratividade de forma indireta, como prováveis gastos que não chegam a ser realizados e também na manutenção positiva da imagem institucional.

Sabe-se que, a captação de recursos no mercado internacional, de forma geral, principalmente a emissão de títulos na bolsa de valores de Nova Iorque, tem exigido das empresas relatórios circunstanciados sobre suas atividades e estado patrimonial, emitidos por empresas e profissionais especializados. Para a elaboração de tal parecer, essas empresas e profissionais fazem uma análise pormenorizada de todos os aspectos econômicos, financeiros e físicos que estejam afetando, ou poderão vir a afetar, a situação patrimonial da companhia

em apreço. Nesse contexto, certamente as variáveis de natureza social também são incluídas nesses pareceres, se forem relevantes.

Agregar valor à imagem por meio do Investimento tornou-se uma forma estratégica das empresas para se manterem competitivas no mercado, porém as vantagens dos Investimentos Sociais devem ser ponderadas em relação às desvantagens, pois o aumento de provisões para ações de responsabilidade social pode acarretar em uma redução dos lucros, a um curto prazo.

Sendo assim, para empresas que não têm o interesse em assumir um papel ético mais amplo, transcendendo ao de sua vocação básica, que é de geradora de riquezas, nem sempre é interessante investir no social.

Entretanto, para aquelas empresas que optam pela posição ética, seu desempenho corporativo deve-se manter estrategicamente alinhado com seu desempenho social, para enfim construir uma imagem forte, aumentar a lucratividade e relacionar-se bem com o mundo globalizado.

Uma forma bastante eficaz para a empresa alinhar o seu desempenho financeiro ao social é investir em educação, pois há uma grande expectativa da sociedade em relação aos resultados da educação escolar.

A educação, além de ser primordial na criação de condições para o desenvolvimento econômico e social do País, visando um convívio construtivo, num mundo cada vez mais competitivo e globalizado, também é fator decisivo na construção de uma consciência cidadã, bem como na inserção da sociedade num processo rápido de mudanças.

Pensando dessa forma, a Companhia Vale do Rio Doce investe também em educação por meio da sua Fundação.

Um dos projetos com foco em educação da carteira da Fundação Vale do Rio Doce é o Projeto Escola que Vale, o qual será objeto do estudo de caso proposto por essa dissertação.

O Projeto Escola que Vale, que tem como objetivo formar cidadãos, capazes de se beneficiar do acesso à leitura, possui como beneficiários direto os professores, coordenadores e diretores, beneficiária indireta a comunidade em geral e beneficiários fim os alunos das escolas públicas, pois ensino de boa qualidade estimula o interesse do aluno que, por sua vez, colabora no processo de aprendizagem do conjunto dentro e fora da sala de aula.

Apesar do projeto ser capaz de beneficiar diversas classes da sociedade, a proposta desta dissertação é calcular o valor agregado ao indivíduo beneficiado pelo projeto, inserido na comunidade com foco no aluno participante do programa.

Introdutoriamente, são abordados aqui os aspectos relativos à Responsabilidade Social, apontando o Balanço Social como instrumento de prestação de contas da empresa para a sociedade em geral. Em seguida, é feita uma breve revisão da literatura no tocante às premissas básicas da Análise de Investimentos pelo método das Opções Reais. O Projeto Social Escola que Vale, da Fundação Vale do Rio Doce, da Companhia de mesmo nome será apresentado no capítulo 3. O modelo desenvolvido usando árvore binomial para mensurar o valor agregado ao indivíduo, perante a sociedade, beneficiado pelo projeto é descrito no capítulo 4, como também, foram feitas sensibilidades sobre os três cenários propostos. O trabalho encerra-se no capítulo 5 com a apresentação das conclusões.